

EDUCAÇÃO E CRIANÇAS COM TEA: A REALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO, EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM BELÉM DO PARÁ

Maria da Conceição dos Santos Costa ¹

Fátima de Souza Moreira ²

Rodrigo Campelo Santos ³

Denise Nogueira Nogueira ⁴

Clovis de Jesus Teixeira ⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física em uma escola municipal de Belém do Pará, no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A escola, de ensino fundamental I, não dispõe de quadra ou espaço adequado para as aulas práticas de educação física, o que aumentou nosso desafio pedagógico. O objetivo consistiu em analisar e desenvolver estratégias que favorecessem a participação de todos os alunos da turma, mesmo diante das limitações estruturais e da escassez de profissionais de apoio. As ações envolveram reorganizações metodológicas para desenvolver conteúdos teóricos e práticos inclusivos, com a utilização de materiais alternativos e aplicação de atividades lúdicas. No conteúdo de atletismo, com atividades de salto em distância e arremesso de peso, foram organizadas dinâmicas para o espaço reduzido, utilizando giz para marcação, e bolas de gude como recurso. Além das aulas, os alunos com TEA participaram de eventos escolares, como o carnaval, festa junina, mostrando envolvimento, socialização e alegria, evidenciando que a escola quando atua com uma prática pedagógica inclusiva, supre parcialmente a inclusão em todos os momentos da escola, sejam os festivos, ou as aulas em sala. O estudo demonstra que a Educação Física, pautada em ações pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, a equidade, e respeito as diferenças individuais dos alunos, caminha para realização de uma educação inclusiva, com práticas docentes mais humanizadoras e transformadoras. Conclui-se que para assegurar uma educação/educação física inclusiva nas escolas, se faz necessário assegurar momentos de formação continuada, e maior suporte técnico aos professores, e que experiências como a proporcionada pelo PIBID fortalecem a prática docente e confirmam a possibilidade de uma educação inclusiva, plural e democrática.

Palavras-chave: Educação Física; Pibid; Inclusão.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Educação Física, Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: campelorodrigo39@gmail.com

² Graduando em Educação Física, Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: clovisjesus86101@gmail.com

³ Doutora em Educação Física, Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: concita.ufpa@gmail.com

⁴ Semec, Educação Física, Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: ddnogueiranogueira86@gmail.com

⁵ Doutora em Educação Física, Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: fmoreira@ufpa.br





A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) configura-se como um dos grandes desafios da escola, sobretudo em contextos marcados por limitações físicas, estruturais e pela necessidade de formação dos profissionais da educação. Nesse cenário, a reflexão de práticas pedagógicas inclusivas torna-se não apenas necessária, mas fundamental para a construção de um ambiente escolar mais justo e acessível. Tais práticas adquirem ainda maior relevância quando vivenciadas por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cuja formação acadêmica é enriquecida pela experiência prática em sala de aula. Assim, este trabalho tem como objetivo relatar e analisar uma experiência de inclusão de todos os alunos, incluindo os alunos com TEA nas aulas de Educação Física de uma escola pública municipal de Belém do Pará, onde o espaço reduzido e a infraestrutura limitada exigiram a adoção de diferentes estratégias pedagógicas, destacando os desafios enfrentados e as soluções encontradas no processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), realizado em uma escola municipal de Belém, localizada no bairro de Canudos, que atende turmas do Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano. A instituição não dispõe de quadra esportiva ou de espaço físico adequado para a realização das aulas de Educação Física, a escola possui um quintal acimentado com buracos e descoberto, sendo assim o espaço fica exposto tanto a chuva quanto ao sol, impedindo o uso do espaço, o que impõe limitações significativas à prática pedagógica. Em relação à educação física, as atividades foram desenvolvidas, em sua maioria em sala de aula, sendo necessário adaptar conteúdos teóricos e práticos da disciplina para atender os alunos do Ensino Fundamental I incluindo os diagnosticados com TEA. Para isso, foram empregadas estratégias lúdicas, utilização de materiais alternativos e abordagens pedagógicas inclusivas, contemplando não apenas as aulas, mas também eventos escolares, como a festa junina. O processo foi acompanhado ao longo de um semestre, por meio de observação direta, registros reflexivos e planejamento conjunto com a professora regente, possibilitando uma vivência prática enriquecedora e a análise dos desafios e possibilidades que emergem da prática docente em contextos de inclusão.





REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico De Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação e a interação social, associado a padrões restritivos e repetitivos de comportamento (ROCCA, 2020). Essa caracterização evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que considerem tanto as dificuldades quanto as potencialidades das crianças, respeitando sua singularidade e favorecendo sua participação ativa no processo educativo. O TEA é classificado em três níveis de suporte, conforme o grau de apoio necessário para o indivíduo lidar com as demandas do cotidiano. O nível 1 refere-se à necessidade de suporte leve, apresentando relativa autonomia, mas pode ter dificuldades em interações sociais e adaptação a mudanças. O nível 2 refere-se à necessidade de suporte moderado, quando há dificuldades mais evidentes na comunicação e nos comportamentos repetitivos, exigindo acompanhamento mais constante. Já o nível 3 indica necessidade de suporte substancial, caracterizado por severas limitações na comunicação e comportamento, demandando assistência intensiva e contínua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996) reconhece a Educação Especial como uma modalidade que deve ser integrada à rede regular de ensino (Art. 58), garantindo condições adequadas de aprendizagem e participação (Art. 59). No entanto, a implementação desses princípios ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente no que se refere à formação de professores e à oferta de recursos pedagógicos. Nesse sentido, a Educação Física também deve ser pensada de forma a promover experiências diversificadas, que contribuam para o desenvolvimento das crianças com TEA, assegurando o direito à aprendizagem significativa.

A legislação brasileira reforça esse compromisso através de leis como: Lei Brasileira de Inclusão (LBI), (Lei nº 13.146/2015) e a (Lei nº 9.394/1996) garantem o direito à educação inclusiva, impondo às instituições de ensino o dever de adaptar seus currículos, práticas e estruturas para receber todos os alunos, sem discriminação (COSTA et al., 2020). Essas garantias legais não se limitam apenas ao acesso, mas também à permanência e ao sucesso escolar, o que implica a implementação de recursos de apoio e práticas pedagógicas adaptadas.

Nesse contexto, Teixeira e Ganda (2019) destacam a relevância de estratégias como atividades personalizadas, ambiente adaptado, rotina previsível e apoio individualizado. Essas





ações favorecem não apenas a aprendizagem, mas também a socialização e a construção de vínculos, fundamentais para o desenvolvimento global das crianças com TEA.

Do ponto de vista pedagógico, Freire (1996) ressalta que a educação deve ser entendida como um ato de transformação e acolhimento. Isso implica a criação de ambientes colaborativos e inclusivos, capazes de valorizar a diversidade e fortalecer o respeito mútuo. A prática educativa, portanto, precisa ser dialógica e comprometida com a emancipação dos sujeitos, reconhecendo-os como protagonistas do processo educativo.

No campo específico da Educação Física, o Coletivo de Autores (2011) aponta seu papel essencial na socialização, na expressão corporal e no desenvolvimento integral das crianças. Para que isso ocorra de maneira inclusiva, torna-se indispensável adaptar atividades, metodologias e espaços, de forma a atender às demandas da diversidade. Dialogando com a compreensão do Coletivo de autores, Chicon (2004) defende que a Educação Física inclusiva deve reconhecer e valorizar as diferenças, propondo práticas que rompam com modelos excludentes e promovam a participação de todos os estudantes, consolidando uma construção coletiva do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão pode ser compreendida como um processo contínuo de reconhecimento, valorização e integração das diferenças individuais no contexto social, educacional e profissional. Representa, portanto, a construção de uma sociedade mais justa, que respeita e acolhe a diversidade humana e assegura a equidade de oportunidades a todos, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Nesse sentido, a inclusão não se limita apenas ao acesso formal ao ambiente escolar, mas implica a permanência, a participação efetiva e a aprendizagem significativa. Como destaca Chicon (2004), a verdadeira inclusão ocorre quando as instituições se transformam para atender às necessidades de todos, superando barreiras históricas de exclusão e discriminação.

Durante o período de vivência escolar, foi possível observar o comportamento e a participação dos alunos com TEA nas atividades pedagógicas. Os estudantes demonstravam envolvimento nas propostas, porém apresentava, em determinados momentos, episódios de agitação, exigindo intervenções cuidadosas e sensíveis por parte da professora e dos





estagiários. Diante dessas situações, buscou-se manter um ambiente tranquilo e acolhedor, incentivando sua permanência e participação nas atividades escolares.

As práticas pedagógicas foram adaptadas conforme as necessidades apresentadas pela turma, priorizando explicações mais claras, recursos visuais e atividades compatíveis com seu ritmo de aprendizagem. Essa vivência possibilitou analisar, de forma concreta, a importância das estratégias pedagógicas voltadas ao TEA e compreender como pequenas adaptações metodológicas podem favorecer a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes no ambiente escolar.

A realidade vivenciada ao longo da experiência revelou uma série de desafios que demandaram constantes adaptações pedagógicas. A ausência de espaço físico adequado para as aulas de Educação Física e a escassez de profissionais acompanhantes dificultaram o atendimento pleno das demandas das crianças com TEA. Além disso, a escola enfrenta desafios no que se refere à inclusão desses alunos, uma vez que conta apenas com um acompanhante/mediador para atender a essa demanda, não dispondo de profissionais específicos para o acompanhamento individualizado dos estudantes.

Durante as aulas de caráter teórico, foi possível observar que esses alunos apresentavam dificuldades relacionadas à escrita e à concentração, o que exigiu a criação de alternativas metodológicas. Nessa perspectiva, foram incorporadas atividades que envolviam o uso de imagens, desenhos, exercícios de cobertura e cópia de textos, com forte apoio em recursos visuais e lúdicos. Tais estratégias funcionam de forma paliativa para favorecer o engajamento e estimular o desenvolvimento dos estudantes, permitindo maior participação e interação com a turma.

No âmbito das aulas práticas, a adoção de metodologias diversificadas foi fundamental para possibilitar a vivência de todos os alunos referente aos conteúdos de Educação Física de maneira inclusiva. No trabalho com o atletismo, por exemplo, os conteúdos de salto em distância e arremesso de peso foram adaptados por meio de recursos alternativos, como a utilização de giz para demarcação de espaços e bolas de gude para a simulação de arremessos para toda a turma. Essas adequações garantiram não apenas a segurança dos alunos, mas também a sua efetiva participação, reafirmando que a Educação Física, quando planejada de forma sensível às especificidades dos sujeitos, pode ser um importante espaço de inclusão.

Outro aspecto relevante foi a participação dos alunos com TEA em eventos escolares, como a festa junina. Com a autorização das famílias, os estudantes integraram as coreografias e se





apresentaram com entusiasmo e carisma. Essa vivência evidenciou que a inclusão não se restringe às práticas pedagógicas formais, mas também se concretiza em experiências culturais e afetivas que compõem o cotidiano escolar. Nesse contexto, os momentos coletivos, permeados pela ludicidade e pela expressão corporal, mostraram-se potentes para ampliar a socialização e fortalecer os vínculos entre os alunos, suas famílias e a comunidade escolar.

Assim, os episódios observados durante o desenvolvimento das atividades confirmam que a Educação Física, mesmo em condições adversas, pode constituir-se em um poderoso instrumento de inclusão. Quando conduzida de forma colaborativa, criativa e sensível às necessidades de cada estudante, essa área do conhecimento se revela capaz de superar limitações estruturais e pedagógicas, transformando-se em um espaço privilegiado de convivência, aprendizagem e respeito à diversidade.

As práticas pedagógicas foram adaptadas conforme as necessidades apresentadas pela turma, priorizando explicações mais claras, recursos visuais e atividades compatíveis com seu ritmo de aprendizagem. Essa vivência possibilitou analisar, de forma concreta, a importância das estratégias pedagógicas voltadas ao TEA e compreender como pequenas adaptações metodológicas podem favorecer a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada evidencia que, mesmo em contextos marcados pela precariedade estrutural e pela escassez de recursos, é parcialmente possível promover a inclusão de crianças com TEA a partir de ações pedagógicas planejadas, criativas e fundamentadas em princípios de equidade e respeito à diversidade, visto que os alunos com nível de suporte 1 conseguiram acompanhar as aulas, porém alunos com nível de suporte 2 e 3 possuíram uma dificuldade maior ao acompanhamento das aulas, considerando que eles não possuem um mediador para facilitar a aprendizagem em sala de aula. Nesse processo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) revelou-se um instrumento essencial para a formação inicial docente, ao oportunizar aos bolsistas um contato direto com os desafios e as potencialidades do cotidiano escolar, fortalecendo o compromisso ético e social dos futuros professores com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Constata-se, ainda, a urgência da formação continuada dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam na área da Educação Física, para o atendimento qualificado





de alunos com TEA. A complexidade das demandas apresentadas por esses estudantes exige do educador não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, empatia e capacidade de adaptação metodológica. É fundamental que as políticas públicas assegurem condições materiais, pedagógicas e humanas adequadas, incluindo a presença de profissionais de apoio, mediadores e equipes multiprofissionais que colaborem para o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, a experiência reforça que a inclusão escolar não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como uma prática ética e humanizadora, capaz de transformar a escola em um espaço de convivência, aprendizagem e respeito mútuo. A Educação Física, quando conduzida sob uma perspectiva inclusiva, tem papel significativo nesse processo, por favorecer a socialização, o desenvolvimento motor, a autonomia e a autoestima das crianças com TEA, permitindo-lhes participar ativamente de experiências coletivas e prazerosas.

Apesar das limitações estruturais observadas, o trabalho realizado demonstrou que pequenas ações pedagógicas, quando pautadas em compromisso e sensibilidade, são capazes de produzir grandes transformações. A inclusão, portanto, se concretiza nas relações cotidianas, na escuta atenta, na criatividade docente e na valorização de cada sujeito em sua singularidade. Assim, reafirma-se que a educação inclusiva é não apenas possível, mas necessária e urgente, constituindo-se em um processo de aprendizado mútuo e contínuo que beneficia tanto quem ensina quanto quem aprende, contribuindo para a construção de uma escola e de uma sociedade mais justa, democrática e acolhedora.

REFERÊNCIAS

Deverão BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:





http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 28 Junho 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio et al. Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, p. 391-411, 2011.

COSTA, Maria Cristiane Alves et al. Autismo na Educação Infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 17, pp. 05-15. Junho de 2025. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/autismo-na-educacao>

ROCCA, Julia Zanetti et al. Revisão sistemática de estudos de avaliação de tecnologias educacionais para letramento e alfabetização de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 28, p. 1151-1180, 2020.

CHICON, José Francisco. Jogo, mediação pedagógica e inclusão: a práxis pedagógica. Vitória: EDUFES, 2004. Disponível em: <https://edufes.ufes.br/items/show/110>.

